REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

CANUDOS, OS SERTÕES E A PEDAGOGIA DA RESISTÊNCIA: TERRITÓRIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E LITERATURA NO BRASIL

CANUDOS, THE SERTÕES, AND THE PEDAGOGY OF RESISTANCE: TERRITORY, SOCIAL MOVEMENTS, AND LITERATURE IN BRAZIL

Ciências Humanas • 30/04/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/777418112

Maria Angélica Rocha Fernandes[1]

Jaciara de Oliveira Sant´Anna Santos[2]

Gilma Benjoino Oliveira[3]

Niltânia Brito Oliveira[4]

RESUMO

O presente artigo analisa a Guerra de Canudos (1896-1897), liderada por Antônio Conselheiro no interior da Bahia, como um fenômeno histórico que transcende o campo militar e se inscreve nas dimensões da resistência territorial, da organização dos movimentos sociais e da educação popular. A partir de uma abordagem interdisciplinar, articula-se história social, pedagogia crítica, teoria dos movimentos sociais e literatura, com ênfase na obra Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha. Argumenta-se que a experiência de Belo Monte não foi apenas uma insurreição armada, mas uma forma singular de organização comunitária que desafiou a estrutura fundiária, a exclusão social e o projeto de modernização excludente da República nascente. Discute-se a centralidade da luta pela terra como processo educativo, conforme a perspectiva freireana, e a atualidade dos ensinamentos de Canudos para os movimentos sociais contemporâneos, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Adicionalmente, examina-se como Euclides da Cunha e a literatura do pré-modernismo brasileiro construíram (e também limitaram) a memória de Canudos, revelando as tensões entre discurso científico, estética literária e apagamento histórico. Considera-se que a resistência de Canudos representa um elemento fundante da pedagogia da resistência no Brasil.

Palavras-chave: Canudos; Euclides da Cunha; Os Sertões; Luta pela Terra; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the War of Canudos (1896-1897), led by Antônio Conselheiro in the interior of Bahia, as a historical phenomenon that transcends the military field and is inscribed in the dimensions of territorial resistance, the organization of social movements, and

popular education. Using an interdisciplinary approach, it articulates social history, critical pedagogy, the theory of social movements, and literature, with emphasis on the work *Os Sertões* (1902) by Euclides da Cunha. It argues that the Belo Monte experience was not merely an armed insurrection, but a unique form of community organization that challenged the land tenure structure, social exclusion, and the exclusionary modernization project of the nascent Republic. It discusses the centrality of the struggle for land as an educational process, according to Freirean perspectives, and the relevance of Canudos' teachings for contemporary social movements, especially the Landless Rural Workers Movement (MST). Additionally, this study examines how Euclides da Cunha and the literature of Brazilian pre-modernism constructed (and also limited) the memory of Canudos, revealing the tensions between scientific discourse, literary aesthetics, and historical erasure. It considers that the resistance of Canudos represents a foundational element of the pedagogy of resistance in Brazil.
Keywords: Canudos; Euclides da Cunha; Os Sertões; Struggle for Land; Social Movements.

1. INTRODUÇÃO

No contexto das lutas dos movimentos sociais, e em especial da luta pela terra empreendida pela sua liderança maior Antônio Conselheiro, é preponderante a compreensão do enfrentamento contra o capital e o uso da terra para mercantilização em Canudos. O Estado brasileiro possui uma dívida histórica com os povos que criaram raízes na região de Canudos. A dizimação dos povos canudenses revela as mazelas de um Estado que atua em favorecimento da elite da época, descaracterizando a luta pela terra e pela vida empreendida pela população do campo.

A Guerra de Canudos, travada entre 1896 e 1897 nos sertões da Bahia, configura um dos episódios mais dramáticos e reveladores da história brasileira. O arraial de Belo Monte, liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel – conhecido popularmente como Antônio Conselheiro –, reuniu em seu auge aproximadamente trinta mil pessoas, em sua maioria camponeses, pessoas que foram escravizadas, indígenas e trabalhadores livres pobres, que buscavam uma alternativa de vida digna às margens do projeto republicano então em curso.

Durante quase uma década antes do conflito armado, Conselheiro percorreu o Nordeste construindo igrejas, cemitérios e açudes, evangelizando populações marginalizadas e denunciando as injustiças de uma estrutura social que combinava a violência do coronelismo, a miséria das secas e a exclusão sistemática dos pobres da terra. Em 1893, instalou-se às margens do rio Vaza Barris, no município de Monte Santo, e ali construiu uma comunidade autogestionária que rivalizava, em organização e coesão, com qualquer projeto institucional do Estado.

O que o governo republicano respondeu com quatro expedições militares progressivamente mais poderosas, culminando na destruição total do arraial em outubro de 1897, pode ser lido não apenas como supressão armada, mas como o apagamento violento de uma experiência social alternativa. É dessa perspectiva que o presente artigo se propõe a analisar Canudos: como síntese histórica de resistência territorial, de organização dos movimentos sociais, de educação popular – e também como objeto de uma das mais importantes obras da literatura brasileira, Os Sertões, de Euclides da Cunha.

Para tanto, articula-se uma abordagem interdisciplinar que transita pela historiografia social, pela pedagogia crítica de Freire (2011, 2014) e Saviani (2008), pela sociologia dos movimentos sociais, pela teoria da educação do campo e pelo campo dos estudos literários, com destaque para a crítica literária de Os Sertões. O objetivo central é demonstrar que a luta pela terra empreendida em Canudos foi, ao mesmo tempo, um ato político, social, educativo e literariamente representado de enorme profundidade histórica.

2. ANTÔNIO CONSELHEIRO E O CONTEXTO HISTÓRICO DO SERTÃO NORDESTINO

Para compreender Canudos, é necessário situar o arraial no contexto das profundas contradições que marcaram a transição do Império para a República no Brasil. A Proclamação da República, em 1889, não representou para a população do campo nordestina qualquer alteração substantiva nas condições de vida. Pelo contrário, a instauração do federalismo fortaleceu o poder dos grandes proprietários regionais, consolidando o coronelismo como sistema de dominação política e econômica.

Todavia, o sertão baiano da segunda metade do século XIX era marcado por uma estrutura fundiária altamente concentrada, herdada do sistema colonial de sesmarias. A maioria da população do campo vivia em regime de sujeição aos fazendeiros, seja como moradores, meeiros, agregados ou vaqueiros – categorias diversas de trabalhadores que não possuíam acesso autônomo à terra. As secas periódicas, agravadas pela ausência de políticas públicas, produziam ciclos de fome e migração que desestabilizavam as precárias condições de reprodução da vida camponesa.

Nesse quadro, a abolição da escravidão em 1888, embora historicamente significativa, não foi acompanhada de qualquer política de reforma agrária ou integração social dos libertos. Centenas de milhares de pessoas ex-escravizadas foram lançadas à margem, sem terra, sem trabalho garantido e sem acesso à cidadania efetiva. Muitos deles convergiriam para Canudos em busca de uma vida diferente.

Nascido em 1830 no Ceará, Antônio Conselheiro viveu uma vida marcada por tragédias pessoais e pela experiência direta da pobreza nordestina. Após fracassos matrimoniais e profissionais, iniciou uma longa peregrinação pelo interior do Nordeste, assumindo uma identidade religiosa e social de profeta e líder comunitário. Sua prática combinava o catolicismo popular, a crítica social e a organização concreta das comunidades que visitava.

Contudo, ao contrário da imagem de fanático irracional que a historiografia conservadora – e parcialmente a obra de Euclides da Cunha – construiu (imagem essa amplamente questionada por historiadores como José Calazans, Walnice Nogueira Galvão e Marco Antônio Villa), Conselheiro era um organizador social dotado de capacidade singular para mobilizar populações marginalizadas em torno de um projeto coletivo. Suas prédicas articulavam a crítica à tributação excessiva, à miséria do povo, à corrupção dos governantes e à necessidade de construção de uma comunidade justa.

Vale ressaltar que, para Conselheiro, o arraial de Belo Monte representava a construção de uma Nova Jerusalém – metáfora bíblica que, na prática concreta, significava uma organização social baseada na solidariedade, na partilha dos bens, no trabalho coletivo e na recusa da exploração. A comunidade funcionava com regras

próprias de convivência, produção e distribuição, configurando o que alguns estudiosos denominam de experiência proto-socialista ou de comunismo primitivo cristão.

3. OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA: ENTRE LITERATURA, CIÊNCIA E HISTÓRIA

3.1. A Obra e Seu Autor

Nenhuma análise de Canudos pode prescindir de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Engenheiro, jornalista, militar republicano e intelectual fluminense, Euclides cobriu a Guerra de Canudos como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo. O livro que resultou dessa experiência não é um simples relato jornalístico, mas uma complexa arquitetura discursiva dividida em três partes: “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”.

A obra mescla geologia, climatologia, etnografia, sociologia determinista (muito influenciada por Taine e Darwin) e uma prosa poética de alto valor estético. Euclides escreve como um cientista que também é artista: descreve o sertão com precisão de engenheiro, mas com lirismo de romancista. Essa dupla natureza fez de *Os Sertões* um marco fundador do pensamento social brasileiro e da literatura pré-modernista.

Euclides da Cunha nasceu em 1866, em Santa Rita do Rio Negro (hoje Euclides da Cunha, no Rio de Janeiro). Formou-se na Escola Militar e na Escola Politécnica, foi influenciado pelo positivismo e pelo evolucionismo social. Participou de movimentos republicanos e, mais tarde, tornou-se crítico do próprio regime que ajudara a instaurar. Sua passagem por Canudos transformou sua visão sobre o

sertanejo, que ele inicialmente via como “inferior” e, ao final da obra, passou a reverenciar como herói trágico.

3.2. Citações de os Sertões e Sua Leitura Crítica

Euclides descreve o sertão e o sertanejo com uma ambivalência que marca toda a obra. Por um lado, opera com categorias raciais do pensamento europeu do século XIX, classificando o mestiço sertanejo como embrutecido pelo meio. Eis um dos trechos mais conhecidos – e também mais problemáticos – de “O Homem”:

> *“O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, à primeira vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempeno, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.” (CUNHA, 2001, p. 108)*

Nesta passagem, Euclides oscila entre a admiração pela resistência física do sertanejo e a manutenção de uma hierarquia racial implícita. Essa tensão é constitutiva do livro: ele quer afirmar a força nacional do “sertanejo”, mas não consegue abandonar os paradigmas científicos de sua época. Pouco adiante, no mesmo capítulo, a contradição se aprofunda:

> *“É um desfavorecido da natureza. O seu corpo denuncia a involução de uma raça que se atrasa. Os seus sentidos, entorpecidos pela vida rude, não têm a agilidade requintada dos nossos temperamentos urbanos.” (CUNHA, 2001, p. 110)*

Todavia, ao longo da terceira parte – “A Luta” –, Euclides se rende à evidência da coragem e da habilidade militar dos canudenses. A prosa se torna épica, e os sertanejos passam a ser descritos como titãs. Veja-se a passagem que descreve a resistência final:

> *“A campanha de Canudos lembra, de algum modo, aquelas lendárias expedições de espanhóis, no sertão americano, através de uma natureza implacável, contra índios indomáveis. Mas é mais impressionante: não se bateram com feras; bateram-se com homens.” (CUNHA, 2001, p. 348)*

Essa reviravolta discursiva é fundamental: o mesmo autor que no início objetifica o sertanejo como produto de um “meio primitivo” termina por reconhecer nele uma humanidade trágica e uma superioridade moral em relação aos “civilizados” do litoral. A esse respeito, a crítica Walnice Nogueira Galvão (1974) observa que Os Sertões é um livro que se desmente a si mesmo, e é justamente essa contradição que o torna tão rico.

4. EUCLIDES DA CUNHA E A LITERATURA DA ÉPOCA DA OBRA

Para compreender a originalidade e também os limites de *Os Sertões*, é necessário situar Euclides da Cunha no campo literário brasileiro do início do século XX.

O ano de 1902 – data de publicação de Os Sertões – é também o ano de *Canaã*, de Graça Aranha, e de Poesias, de Olavo Bilac. A cena literária era dominada pelo Parnasianismo (Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia) e pelos últimos ecos do Simbolismo (Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimaraens). O Parnasianismo pregava a "arte pela arte", o culto à forma perfeita, o distanciamento emocional e temas universais (mitologia, história antiga, beleza pura). Nada mais distante, a princípio, da matéria brutal e contemporânea de Canudos. Euclides rompe com essa estética ao menos em três aspectos fundamentais:

1. Temática nacional e social: enquanto os parnasianos escreviam sonetos sobre rosas e pátrias abstratas, Euclides mergulhou na geografia real do sertão e na guerra civil.

2. Hibridismo de gêneros: Os Sertões não é romance, nem tratado científico, nem poema, nem história – é tudo isso ao mesmo tempo, antecipando o ensaísmo latino-americano.

3. Engajamento político e denúncia: embora ambíguo, o livro termina como uma acusação à República e ao Exército pelo genocídio.

Por essas razões, a crítica consagrou Euclides como um pré-modernista – ao lado de Lima Barreto, Monteiro Lobato e Graça Aranha. O pré-modernismo (1890-1920) é uma espécie de "laboratório" que antecede o Modernismo de 1922. Caracteriza-se pelo interesse na realidade brasileira imediata (favelas, sertões,

populações marginalizadas), por uma linguagem que mistura registro coloquial e erudito, e por uma atitude crítica – ainda que vacilante – em relação às elites.

Não por acaso, os modernistas de 1922 (Mário de Andrade, Oswald de Andrade) releram obsessivamente Euclides. Mário de Andrade, em Macunaíma (1928), inverteu o olhar de Euclides: o herói não é o "forte" sertanejo civilizado pelo exército, mas um índio preguiçoso e metamórfico que satiriza a própria ideia de "caráter nacional". Já Oswald de Andrade, em sua "Antropofagia", apropriou-se de Euclides para devorar a herança europeia.

Assim, Euclides da Cunha encontra-se num ponto de inflexão: é herdeiro do determinismo científico do século XIX, testemunha do genocídio republicano e antepassado involuntário da literatura brasileira do século XX que quis repensar o país a partir de suas margens. Essa posição ambivalente é o que torna *Os Sertões* uma obra clássica, permanentemente atual e também permanentemente em disputa.

5. A RESISTÊNCIA EM DEFESA DO TERRITÓRIO: DIMENSÕES POLÍTICAS E SIMBÓLICAS

Importante destacar que o conceito de território, nas ciências sociais contemporâneas, vai muito além da noção geográfica de espaço físico. Na perspectiva de autores como Santos (2006), Haesbaert (2016) e Porto-Gonçalves (2012), o território é uma construção social, histórica e política: é o espaço apropriado por grupos humanos que nele inscrevem suas relações de poder, seus modos de vida, suas identidades e seus projetos coletivos.

Nessa perspectiva, Canudos representou uma forma singular de territorialização por parte das populações excluídas do sertão. Ao ocupar as terras do Rancho do Vigário, às margens do Vaza Barris, a comunidade de Belo Monte não apenas fixou residência num lugar geográfico determinado, mas construiu um território no sentido pleno: organizou a produção, estabeleceu normas de convivência, desenvolveu identidades coletivas e disputou com o Estado e com os proprietários de terra o direito de existir.

Vale ressaltar que a resistência armada às expedições militares não pode ser separada dessa dimensão territorial. Para os moradores de Belo Monte, defender o arraial era defender um modo de vida, uma organização social, um projeto de existência coletiva que não tinha equivalente no contexto da época. A violência extrema com que o Exército respondeu – destruindo completamente o arraial, degolando prisioneiros, não permitindo sobreviventes – revela a profunda ameaça que Canudos representava para a ordem estabelecida.

Contudo, a resistência de Canudos às forças do governo republicano é um episódio de extraordinária tenacidade histórica. Entre novembro de 1896 e outubro de 1897, o arraial resistiu a quatro expedições militares progressivamente mais poderosas. A primeira expedição, comandada pelo tenente Pires Ferreira, foi completamente derrotada pelos sertanejos em janeiro de 1897. A segunda expedição, sob o comando do major Febrônio de Brito, também sofreu derrota humilhante. A terceira expedição, liderada pelo Coronel Moreira César – general de grande prestígio nacional, apelidado de “Corta Cabeça” – foi igualmente destroçada, resultando na morte do próprio comandante.

Somente a quarta expedição, com mais de dez mil soldados armados com canhões e artilharia pesada, conseguiu destruir o arraial após meses de cerco. A resistência dos canudenses, mesmo diante de tamanho poderio bélico, evidencia a dimensão do projeto que defendiam. Como registrou Euclides da Cunha (2001, p. 412) em *Os Sertões*: "Os sertanejos, destituídos de tudo, lutaram palmo a palmo, denegando ao invasor, até o último instante, a vitória completa. Não se renderam. Morreram todos." Eram homens e mulheres que defendiam não apenas suas vidas, mas seu território, sua comunidade e sua dignidade.

A dimensão genocida da Guerra de Canudos precisa ser enfatizada. Naquele contexto histórico, houve o massacre de aproximadamente quinze a vinte mil pessoas. O arraial foi incendiado, as casas demolidas pedra por pedra, os sobreviventes – em sua maioria mulheres, crianças e idosos – foram capturados e redistribuídos pelo país como mão de obra compulsória. O apagamento físico de Belo Monte foi acompanhado de um esforço sistemático de apagamento de sua memória. Essa memória, no entanto, foi em parte preservada – e em parte deformada – pela própria literatura de Euclides da Cunha.

5.1. A Importância dos Movimentos Sociais: Canudos Como Precursor

Importante destacar que a sociologia dos movimentos sociais – conforme autores como Touraine (1998), Tarrow (2011), Tilly (1978) e, no Brasil, Gohn (2014) e Scherer-Warren (2012) – analisa esses fenômenos como ações coletivas organizadas que disputam poder, recursos e significados em contextos de conflito social. Nessa perspectiva, Canudos pode ser compreendido como uma das

primeiras e mais significativas expressões de movimento social na história brasileira.

A organização de Canudos apresenta elementos constitutivos dos movimentos sociais modernos:

- uma identidade coletiva construída em torno da exclusão e da busca por direitos;
- uma organização interna com lideranças, normas e formas de mobilização;
- um projeto explícito de transformação das condições de vida;
- e uma confrontação direta com os poderes estabelecidos: o Estado, a Igreja oficial e os grandes proprietários de terra.

A especificidade de Canudos está na radicalidade dessa confrontação e na forma particular – messiânica e comunitária – que assumiu.

É importante problematizar as interpretações que reduzem o movimento canudense ao fanatismo religioso. Como demonstraram historiadores como Calasans (1978) e Villa (1995), a dimensão religiosa de Canudos era inseparável de sua dimensão social e política. O catolicismo popular de Conselheiro funcionava como linguagem de mobilização, como cimento de identidade coletiva e como quadro de interpretação das injustiças sociais – funções que a religião historicamente desempenhou nos grandes movimentos populares, do medievo europeu às revoluções camponesas asiáticas.

6. A HERANÇA DE CANUDOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

A experiência de Canudos deixou uma herança complexa e contraditória nos movimentos sociais brasileiros. Por um lado, o massacre impôs um silêncio traumático sobre essa memória, que durante décadas foi narrada exclusivamente pelo olhar dos vencedores. Por outro, o arraial tornou-se símbolo de resistência popular e referência para os movimentos que, ao longo do século XX, continuaram a disputar o direito à terra no Brasil.

Neste contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, reconhece explicitamente em Canudos um de seus precursores históricos. A luta pela reforma agrária que o MST encabeça é tributária de uma longa tradição de resistência camponesa que inclui, além de Canudos, as Ligas Camponesas dos anos 1950-1960, os movimentos messiânicos do Contestado, do Caldeirão e de Pau de Colher. Essa continuidade histórica revela a permanência da questão agrária como nó estrutural da sociedade brasileira.

Canudos também ressoa nas experiências dos movimentos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais que, no Brasil contemporâneo, resistem à expropriação territorial promovida pelo agronegócio, pelas mineradoras e pelos grandes projetos de infraestrutura. A luta pelo território como condição de existência, identidade e dignidade – que estava no centro da experiência canudense – continua sendo o eixo fundamental desses movimentos.

6.1. A Luta Pela Terra Como Ato Educativo

Vale ressaltar que o mais importante educador brasileiro do século XX, Paulo Freire, desenvolveu ao longo de sua obra uma concepção de educação radicalmente vinculada à prática social. *Em Pedagogia do Oprimido (2011), Educação como Prática da Liberdade (1967) e Pedagogia da Esperança (2014),* Freire argumenta que a educação autêntica não pode ser separada da luta pela humanização, pela justiça social e pela transformação das condições de opressão.

Destarte, a perspectiva freireana é fundamentalmente dialógica: o processo educativo emerge da interação entre sujeitos que, a partir de sua experiência concreta de mundo, constroem coletivamente o conhecimento e desenvolvem a consciência crítica. Nessa concepção, a luta pela terra não é apenas um ato político, é também – e profundamente – um ato educativo. Ao lutar pela terra, os trabalhadores desenvolvem formas de organização, aprendem sobre o Estado e suas leis, constroem identidades coletivas, cultivam solidariedade e elaboram projetos de futuro.

Contudo, a experiência de Canudos pode ser lida a partir dessa perspectiva freireana como um processo de educação popular em escala comunitária. A organização do arraial, as práticas de mutirão, a partilha dos recursos, os debates nas reuniões comunitárias, a transmissão oral do conhecimento sobre plantio, construção e defesa – tudo isso constituía um processo educativo informal, mas profundamente significativo, que formava sujeitos capazes de enfrentar condições extremas de adversidade.

Vale destacar que o campo da Educação do Campo, que se consolidou como área de pesquisa e política pública no Brasil a partir dos anos 1990, tem em Canudos uma referência histórica fundamental. Autoras como Roseli Salete Caldart (2004), Souza

(2006) e Mançano (2000) argumentam que a luta pela terra e a luta pela educação são dimensões inseparáveis de um mesmo processo de emancipação.

Segundo Caldart (2004), a Pedagogia do Movimento demonstra que o MST construiu, ao longo de sua trajetória, uma proposta educativa original que emerge das práticas concretas de luta, resistência e construção de alternativas. As escolas dos assentamentos e acampamentos não são meras transferências do modelo escolar urbano para o campo: são espaços de formação política, cultural e humana que têm como referência a experiência histórica de luta dos trabalhadores rurais.

Nessa perspectiva, a luta pela terra em Canudos pode ser compreendida como uma escola de formação humana em sentido amplo. O arraial formou lideranças, desenvolveu técnicas de organização, cultivou valores de solidariedade e resistência, e produziu formas de conhecimento sobre o sertão, sobre a sobrevivência e sobre a dignidade que não encontravam espaço nas instituições formais de ensino da época – das quais a imensa maioria dos canudenses estava excluída.

Contudo, a resistência territorial, compreendida em sua dimensão pedagógica, envolve ao menos três processos formativos fundamentais:

1. Construção da identidade coletiva: ao lutar juntos pela terra, os sujeitos desenvolvem um sentimento de pertencimento, de solidariedade e de identidade que transcende as fragmentações individuais impostas pela condição de

opressão. É o que Freire denomina de “práxis da solidariedade”.

2. Desenvolvimento da consciência crítica (o que Freire chama de “conscientização”): ao enfrentar o Estado, os grandes proprietários e o sistema jurídico em defesa de seu direito à terra, os trabalhadores compreendem progressivamente as estruturas de poder que os oprimem e desenvolvem instrumentos analíticos e organizativos para enfrentá-las. Esse processo não ocorre nos bancos escolares, mas na prática concreta da luta social.

3. Produção de saberes: a luta pela terra produz conhecimentos sobre direito, sobre política, sobre a natureza, sobre técnicas agrícolas, sobre organização coletiva – saberes que, embora frequentemente invisibilizados pelo conhecimento acadêmico hegemônico, são fundamentais para a reprodução da vida e para a sustentação dos movimentos sociais. Em Canudos, esse saber popular foi o que permitiu que uma comunidade de excluídos resistisse, durante quase um ano, ao poderio do Exército brasileiro.

7. MEMÓRIA, SILÊNCIO E ATUALIDADE DE CANUDOS

A memória de Canudos foi, durante muito tempo, monopólio dos vencedores. A narrativa hegemônica construída pela imprensa, pelos militares e pela intelectualidade republicana da época representou o arraial como reduto de bandidos, fanáticos e monarquistas – ameaça à ordem, ao progresso e à civilização. Essa narrativa encontrou em Euclides da Cunha seu mais sofisticado articulador, com a publicação de Os Sertões em 1902, obra que,

apesar de sua complexidade e de suas ambiguidades, contribuiu para a naturalização do genocídio como “necessidade histórica”.

Assim, a partir dos anos 1950-1960, com os trabalhos pioneiros de José Calasans e de outros pesquisadores baianos, a historiografia começou a rever essa narrativa. O movimento de revisão histórica ganhou força nas décadas seguintes, com contribuições de historiadores, sociólogos, antropólogos e escritores que recuperaram a voz dos canudenses – ou pelo menos tentaram reconstituí-la a partir dos fragmentos que a violência histórica deixou disponíveis.

Todavia, a disputa pela memória de Canudos não é apenas acadêmica – é política. Recuperar a dignidade dos vencidos, reconhecer a legitimidade de seu projeto e denunciar a violência do Estado são atos com implicações diretas para o presente. Num país em que a questão agrária permanece irresoluta, em que conflitos no campo continuam produzindo mortes, em que movimentos sociais são criminalizados e seus líderes assassinados, a memória de Canudos permanece como interpelação histórica urgente.

Ainda hoje, o eco da fala de Antônio Conselheiro – tal como registrada por Euclides – permanece perturbador. Escreve Euclides (2001, p. 189): “O Conselheiro dizia: ‘O sertão vai virar mar, e o mar vai virar sertão’. E o povo ouvia, atônito, essa profecia terrível.” Essa metáfora geológica anunciada pelo líder popular encontra uma ressonância perturbadora na atualidade da crise climática e da desertificação do semiárido. A profecia de Conselheiro pode ser lida hoje como um alerta antecipado sobre os limites do desenvolvimento predatório.

8. CANUDOS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A atualidade de Canudos não é metáfora: é realidade concreta. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Brasil registra, ainda no século XXI, centenas de conflitos fundiários anuais, com assassinatos de lideranças camponesas, indígenas e quilombolas que continuam a desafiar a lógica do latifúndio e do agronegócio predatório. A estrutura fundiária brasileira permanece entre as mais concentradas do mundo, com o índice de Gini da terra figurando historicamente entre os mais altos globalmente.

Nesse contexto, os ensinamentos de Canudos sobre organização comunitária, sobre resistência territorial, sobre a dignidade dos pobres e sobre a possibilidade de construir alternativas permanecem profundamente relevantes. Os movimentos sociais do campo e da cidade que hoje disputam direitos, território e dignidade são, em muitos sentidos, herdeiros da experiência canudense, mesmo quando não o reconhecem explicitamente.

Todavia, na perspectiva educativa, a inclusão de Canudos nos currículos escolares – não apenas como episódio militar, mas como experiência de organização social, resistência e pedagogia popular – representa uma demanda urgente. Conhecer Canudos é conhecer uma parte fundamental da história dos oprimidos brasileiros, e esse conhecimento é condição para a formação de sujeitos críticos, solidários e capazes de enfrentar as injustiças do presente.

E complementarmente, incluir *Os Sertões* nas aulas de literatura não como monumento intocável, mas como documento contraditório, é ensinar que a literatura também pode ser um campo de batalha pela memória. Como afirma a crítica Walnice Nogueira Galvão (1974, p. 82): “Os Sertões é um livro tenso, cheio de fraturas. Essas fraturas

são justamente o que o tornam vivo. Por elas podemos ver o autor lutando consigo mesmo."

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permitiu demonstrar que a Guerra de Canudos e a experiência de Belo Monte constituem muito mais do que um episódio militar da história brasileira. Mas, ao chegarmos ao fim deste trajeto, talvez seja menos uma conclusão que uma abertura – como todo bom texto literário – que se impõe. Porque Canudos, visto através das lentes da literatura, não se esgota na historiografia, nem na sociologia, nem na pedagogia. Canudos se inscreve, também, como narrativa – uma narrativa trágica, polifônica, inconclusa, que a cada leitura se reconfigura.

Antônio Conselheiro não foi apenas um líder religioso ou um organizador social. Foi, à sua maneira, um narrador de um mundo possível. Seu arraial de Belo Monte foi uma espécie de romance coletivo escrito em barro, fé e trabalho comunitário – uma utopia encenada no sertão, com suas luzes e suas sombras. E a resistência dos canudenses, lida como texto, desenha uma epopeia às avessas: não a glória dos vencedores, mas a dignidade dos vencidos, a beleza trágica de quem luta até o fim sabendo que o fim é a morte.

Euclides da Cunha, por sua vez, foi o grande escriba dessa tragédia. *Os Sertões* não é um documento neutro; é uma obra literária no sentido mais alto – uma obra que sofre, que se contradiz, que se angustia diante do que narra. A prosa de Euclides oscila entre o tratado científico e o poema em prosa, entre a frieza classificatória e o pathos arrebatado. É nessa oscilação que reside sua força literária. Ele não resolveu Canudos; ele o transformou em enigma estético.

Como ele mesmo escreveu, ao descrever a destruição final do arraial: “Estava tudo em ruínas. Mas as ruínas eram ainda uma trincheira.” (CUNHA, 2001, p. 478). Essa frase poderia ser o epígrafe de toda a literatura que se debruça sobre os derrotados da história: as ruínas não silenciam. Elas falam. Elas resistem como trincheiras simbólicas. E a literatura, quando é digna desse nome, é justamente essa trincheira – o lugar onde os mortos continuam a falar, onde o genocídio não tem a última palavra.

Assim, ao trazer um viés mais literário para as considerações finais, afirmamos: Canudos não é apenas um caso de justiça social agrária, não é apenas um laboratório de educação popular, não é apenas um movimento social precursor – embora seja tudo isso. Canudos é, também, uma matéria de ficção no sentido mais nobre do termo. É uma ferida que vira signo. É um povo aniquilado que vira metáfora de todos os povos aniquilados. É um grito no deserto que, graças à literatura (a de Euclides, a dos historiadores revisionistas, a dos poetas que vieram depois), ainda ecoa.

Que a leitura de *Os Sertões* continue a nos incomodar como um grande romance mal-resolvido. Que a memória de Canudos continue a nos perguntar, com a voz de Antônio Conselheiro, aquilo que nenhuma ciência social pode responder sozinha: o que faz um povo preferir morrer a se curvar? Essa pergunta – que é literária antes de tudo – talvez seja o verdadeiro legado de Canudos para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001 [1902].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1968].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014 [1992].

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a guerra de Canudos nos jornais.** São Paulo: Ática, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

MANÇANO, Bernardo Fernandes. **A Formação do MST no Brasil.** Brasília: Editora Vozes, 2000.

MONIZ, Edmundo. **A Guerra Social de Canudos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Paraná: Editora Vozes, 2006.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements and contentious politics.** 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution.** New York: McGraw-Hill, 1978.

TOURAINE, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático.** São Paulo: Edusc, 1998.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: o povo da terra.** São Paulo: Ática, 1995.

---

[1] Doutora em Educação pela UFRJ; professora da UNEB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Doutoranda em Educação pela UFBA; Docente da UNEB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Mestre em Educação pela UNEB; Professora da UNEB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Doutoranda em Educação pela FUNIBER e UNIB; Professora da UNEB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail